

**UNIDADE DE MONLEVADE  
CURSO DE DIREITO**

## **A CIÊNCIA JURÍDICA E O CAPITALISMO: desafios contemporâneos**

**Modalidade:** Resenha.

**ELIVÂNIA FELÍCIA BRAZ** - Professor Orientador.

**MS. LUANA ROQUE SILVA MENDES BARROS** - Professor Orientador.

**MS. RENATA MARTINS DE SOUZA** - Professor Orientador.

**JAQUELINE GUIMARÃES BATISTA MARQUES** - Estudante do 2º Período Direito A.

**JOÃO LUIZ MARTINS COSTA TRANCOSO** - Estudante do 2º Período Direito A.

**JOSÉ RUI GUIMARÃES BRETAS** - Estudante do 2º Período Direito A.

**JULLIANA CRISTINA SILVA ALVES DE BARROS** - Estudante do 2º Período Direito A.

**REGIANE REIS BRAGA** - Estudante do 2º Período Direito A.

**CÁSSIA REGINA ARCANJO BASTOS** - Estudante do 2º Período Direito B.

**DANIELA DO ROSÁRIO VENÂNCIO GONÇALVES** - Estudante do 2º Período Direito B.

**VANESSA CRISTINA DE AQUINO MOREIRA** - Estudante do 2º Período Direito B.

**WELLINGTON JOSÉ EUSTÁQUIO** - Estudante do 2º Período Direito B.

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo relacionar a obra cinematográfica “Tempos Modernos” com a ciência Jurídica, considerando o impacto da Revolução Industrial e do capitalismo na formação do Direito positivo, bem como uma análise crítica deste instituto na contemporaneidade. Esse impacto gerou o Direito Positivo, que na contemporaneidade, sinaliza para mudanças importantes nessa ciência. Assim sendo, o filme “Tempos Modernos de Charles Chaplin”, apesar de bastante antigo continua oferecendo-nos a oportunidade de reflexões bem contemporâneas sobre o assunto em questão. Portanto as disciplinas Introdução ao Estudo do Direito, Sociologia Jurídica e a Teoria da Constituição apresentaram discussões sobre as fontes materiais do direito, dos fatos sociais, econômicos e políticos, ocorridos durante a Revolução Industrial e o fortalecimento do capitalismo que influenciaram o surgimento do Estado Social e, em especial, dos direitos dos trabalhadores. Foram propiciadas também discussões sobre o positivismo jurídico, o seu surgimento, bem

como uma análise crítica desse instituto, da sua legitimidade frente aos interesses da plural sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Revolução Industrial. Estado Social. Positivismo Jurídico. Desafios Contemporâneos

## **EXIGÊNCIA DE PRÉVIAS GARANTIAS CONTRATUAIS PARA FINS DE ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR EMERGENCIAL**

**Modalidade:** Resenha.

**PROF. FABIANO THALES DE PAULA LIMA** - Professor Orientador.

**PROF. LUCIANO MENDES** - Professor Orientador.

**PROF. TENÓRIO MOREIRA DA SILVA** - Professor Orientador.

**BRUNA FONSECA MORAIS** - Estudante do 4º Período Direito.

**GISSELE SUZANE FEITOSA** - Estudante do 4º Período Direito.

**LUDMILA VITAL JANUZZI** - Estudante do 4º Período Direito.

**LUIZA REPOLÊS DE CARVALHO** - Estudante do 4º Período Direito.

**NÁGILA RAPHAELA SILVA** - Estudante do 4º Período Direito.

### **RESUMO**

Como é de amplo conhecimento tornou-se praxe em hospitais, clínicas médicas e outros estabelecimentos de saúde, a exigência de garantias prévias contratuais do tipo “cheque-caução”, nota promissória, dentre outros, como condição necessária ao atendimento médico em situação de emergência. Em 28 de maio de 2012 a Lei 12.653 passou a prever como crime a prática da conduta de exigir garantias contratuais condicionadas ao atendimento médico hospitalar emergencial. Para tanto, incluiu no CPB o art. 135-A. Entretanto, será que após mais de 01(um) ano da edição da lei que prevê pena de natureza criminal para o agente que exige prévia garantia contratual como condição para o atendimento médico hospitalar emergencial, está, de fato, sendo cumprida? Este questionamento aliado ao estudo da norma penal retro mencionada e a análise dos princípios e garantias inerentes a todo e qualquer contrato merecem ser debatidos e respondidos e serão o alvo central norteador deste projeto de pesquisa orientado.

**Palavras-chave:** Contrato. Cheque-caução. Atendimento Médico Emergencial. Crime previsto no art. 135-A do CPB.

# **O PROCEDIMENTO DE DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS E CONSTITUCIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO**

**Modalidade:** Resenha.

**ELIVÂNIA FELÍCIA BRAZ** - Professor Orientador.

**FILIPY SALVADOR BICALHO** - Professor Orientador.

**MS. RENATA MARTINS DE SOUZA** - Professor Orientador.

**ALESSANDRA FONSECA MARTINS DA COSTA** - Estudante do 6º Período Direito.

**ANA CRISTINA CORREIA** - Estudante do 6º Período Direito.

**ANA PAULA PEREIRA EVANGELISTA** - Estudante do 6º Período Direito.

**ERICK EMERSON MARTINS** - Estudante do 6º Período Direito.

**PATRÍCIA OLIVEIRA MIRANDA SATO** - Estudante do 6º Período Direito.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo estudar o procedimento do divórcio extrajudicial. O divórcio extrajudicial foi regulamentado pela Lei 11441/07, tendo sido implementada tal medida com a finalidade de reduzir parcela do volume de atividades do Judiciário, permitindo aos magistrados direcionar suas atividades às demandas que realmente precisam de intervenção judicial; atendendo, ainda, ao princípio da razoável duração do processo, que foi enfatizado constitucionalmente, havendo previsão legal no art.5º, LXXVIII da Carta Magna.

**Palavras-chave:** Evolução da Família. Processo de desjudicialização. Divórcio extrajudicial.

## **INCENTIVOS FISCAIS**

**Modalidade:** Resenha.

**ALEXANDRO PASTORINNI** - Professor Orientador.

**HUGO LÁZARO MARQUES MARTINS** - Professor Orientador.

**RANDOLPHO PEREIRA BATALHA GOMES** - Professor Orientador.

**TENÓRIO MOREIRA** - Professor Orientador.

**LARA DRUMOND** - Estudante do 8º Período Direito.

**POLIANE COTA** - Estudante do 8º Período Direito.

**SHIRDREM MOREIRA** - Estudante do 8º Período Direito.

**TATIANE QUARESMA** - Estudante do 8º Período Direito.

**TEREZINHA MADALENA** - Estudante do 8º Período Direito.

**VALDIRENE SOARES** - Estudante do 8º Período Direito.

## **RESUMO**

Foi feita análise da aplicação da lei tributária no planejamento tributário a fim de realizar a elisão fiscal no que tange ao cumprimento de norma ambientais. É de primordial importância o aprendizado das técnicas administrativo-tributárias que regulamentam o planejamento fiscal, *in casu*, a extrafiscalidade que tutela do meio ambiente, bem como o direito do consumidor. A pesquisa apresentada pelos acadêmicos atendeu ao que fora proposto pelos professores orientadores tendo as mesmos realizado uma análise crítica do tema objeto de pesquisa. Como resultado concluíram que é possível proteger o meio ambiente através do caráter extrafiscal da norma tributária. Como resultado também, concluíram que o consumidor brasileiro é quem arca com o ônus tributário de recuperação do bem ambiental, é o que concluíram através do postulado – consumidor-pagador.

**Palavras-chave:** Incentivo Fiscal. Planejamento Tributário. Ato Administrativo. Direito do Consumidor.